

MÚLTIPLOS OLHARES: O QUE É SER NEGRO NO BRASIL

MULTIPLE VIEWS: WHAT IT MEANS TO BE BLACK IN BRAZIL

Erica Araujo de Luna¹

Erivania Santiago de Lima²

Luisa de Fátima Rodrigues de Oliveira³

Ricardo de Meneses Silva⁴

Rubiana Coutinho de Souza⁵

Resumo: A escolha da temática se justifica pela necessidade de melhor compreender as desigualdades históricas e sociais que permeiam o cotidiano da população negra e destacando as

1 Mestranda pela Word University Ecumenical. Pós graduada em Metodologias do Ensino de Artes pela UNINTER. Graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú.

2 Mestranda pela Word University Ecumenical. Pós graduada em Educação infantil - IESN e Educação Inclusiva com ênfase no AEE_ ISEP. Graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú.

3 Mestranda pela Word University Ecumenical. Pós graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional (METROPOLITANA). Graduada em Pedagogia pela UFRN.

4 Mestrando pela Word University Ecumenical. Pós graduado em Educação Física Escolar pela UNIBF. Graduado em Educação Física Licenciatura pela UNIRN.

5 Mestranda pela Word University Ecumenical. Pós graduada em educação especial e inclusiva pelo centro universitário Uninta. Pós graduada em Psicopedagogia pelo centro universitário Uninta. Graduada em Letras português pela Uern e Pedagogia pelo Centro Universitário Uninta.

imensas limitações que os povos negros vivenciam ainda hoje no Brasil. Nessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo identificar e elucidar as questões raciais e estruturais que fazem parte da construção da nossa sociedade. O artigo será apresentado de forma sucinta sobre o tema negro, sua etimologia, classificação racial e o estudo da sua genética; análise histórica dos negros no Brasil e sua colonização; a condição do negro livre no contexto da sociedade brasileira; aos negros que conseguiram ascensão social e se destacaram em diferentes momentos na história do país. A partir dessa contextualização, versaremos sobre o racismo estrutural e sua contribuição para as mortes violentas contra os negros. As vidas negras importam? Para quem? A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica que contém artigos de revistas,

livros, teses e outros documentos na perspectiva da investigação qualitativa em educação. Percebeu-se, diante da pesquisa, que o Brasil é caracterizado por ações atípicas de racismo e que o preconceito persiste fortemente a partir de atitudes estruturais e simbólicas de discriminação. Portanto, o preconceito étnico-racial existe e se apresenta através do racismo e do comportamento cordial, tipicamente brasileiro, que se manifesta nas relações privadas e se camufla em suposta tolerância pública, podendo ser chamado de racismo à brasileira. Conclui-se que o debate sobre preconceito racial é de grande importância para a formação de uma sociedade consciente e igualitária.

Palavras-chave: Negro. Racismo estrutural. Desigualdade social.

Abstract: The choice of this theme is justified by the need to better understand the historical and social inequalities that permeate the daily life of the black population and stand out as immense that black peoples still experience in Brazil today. From this perspective, the research aims to identify and elucidate the racial and structural issues that are part of the construction of our society. The article will be briefly presented on the term black, its etymology, racial classification and the study of its genetics; historical analysis of blacks in Brazil and their colonization; the condition of the free black in the context of Brazilian society; History of black people who are nationals and identify themselves at different times. From this contextualization, we will go over structural racism and its contribution to violent deaths against blacks. How do black li-

ves matter? For whom? The methodology used was the bibliography, which contains articles from magazines, books, theses and other perspectives of qualitative research in documents. In view of the research, Brazil is characterized by a conception of racism and that it persists from preconceived and proven attitudes of discrimination. Therefore, ethnic-racial prejudice exists and presents itself through racism and Brazilian cordial behavior, the Brazilian private ones, which are manifested in relationships and are manifested in supposed public tolerance, which can be called racism. It is concluded that the debate on racial prejudice is of great importance for the formation of a conscious and egalitarian society.

Keywords: Black. Structural racism. Social inequality.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema “Múltiplos olhares: O que é ser negro no Brasil”. Assim, a pesquisa consiste em discutir a história do negro e como transcorreu o período colonial como base da formação social do Brasil, ecoando sobre a desigualdade social.

Nesse delinear de conhecimentos, é importante observar a relevância das discussões e ações para combater o racismo, visto que a desigualdade racial no Brasil se expressa tanto no plano socioeconômico quanto no cultural, pois seu desenvolvimento também se apoiou na incorporação de um conjunto de concepções disseminadas pela ideologia dominante. Nessa perspectiva, é percebido diante do estudo, que a prática do racismo tem raízes profundamente entranhadas na

história do Brasil, revelando um problema sistêmico que permeia a coletividade geral e estabelece posições sociais a partir de preconceitos que envolvem cor da pele, classe social, etnia e elementos culturais.

Portanto, para se construir uma sociedade justa e igualitária requer a compreensão do papel de cada estrutura socioeconômica na elaboração de estratégias efetivas de enfrentamento, de maneira que, sem uma estrutura educação efetivamente antirracista, não é possível pensar em uma sociedade igualitária.

O QUE É SER NEGRO? ETIMOLOGIA, CLASSIFICAÇÃO RACIAL E GENÉTICA.

O debate sobre o tema raça tem recebido destaque nos últimos anos, voltando-se aten-

ção a assuntos como a questão da identidade racial, relações de gênero e raça ou práticas de resistência. Para compreender a condição do negro na sociedade brasileira, é preciso fazer uma análise histórica do que é ser negro.

É importante destacar que o sentido da palavra negro traz uma simbologia abrangente em sua etimologia. Rodrigues (2014) argumenta “(...) a palavra negro nos chegou do adjetivo *nigrum*, termo do latim clássico que significava “negro” em diversas das acepções que herdamos, desde a óbvia “que tem a pele escura” até as figuradas, como sombrio e fúnebre”.

No que diz respeito a isto, o dicionário etimológico de Douglas Harper afirma que existe a possibilidade de que a palavra latina seja derivada do termo indo-europeia *nekwt*, noite, que

deu origem à palavra *night*. Portanto, o inglês importou do português ou do espanhol, no século XVI, o termo negro.

Rodrigues (2014) também argumenta:

“(...) o que parece certo é que *nigrum* não tinha em latim nenhuma relação com a raiz *necro*, “morto, cadáver”, esta é uma importação do grego *nekrós*. Em português, tais elementos chegaram a se confundir mais tarde: *necromancia*, “arte de prever o futuro pelo contato com os mortos”, por exemplo, ganhou a variação “*nigromancia*” por influência de *nigrum*”.

Com relação à classificação racial, OLIVEIRA (2004, p. 57), expõe que no ano de 1775, o fundador da Antropologia, o alemão Johann Friedrich Blu-

menbach (1752-1840), delimitou a região geográfica para cada diferentes tipos de raça, cor de pele de modo a servir como marcadores entre eles. Dessa forma, é possível classificar entre elas: branca ou caucasiana; negra ou etiópica; amarela ou mongólica; parda ou malaia e vermelha ou americana. Outrora, no século XIX, foram agregados outros fenótipos como o tamanho da cabeça e a fisionomia. A herança quantitativa da cor da pele, pode ser vista, desde então, como um dado recorrente. Portanto, das características físicas a “cor da pele” é o que tem sido mais usado e considerado importante devido aparecer em quase todas as classificações de raça.

Sobre o olhar da genética OLIVEIRA (2004, p. 59) relata que estudos da genética molecular, sob o curso da genômica, afirmam: a espécie huma-

na é somente uma e a diversidade de fenótipos, e o fato de que cada genótipo ser único, são normas da natureza. Tendo o DNA como material hereditário e o gene como unidade de análise, não é possível definir quem é geneticamente negro, branco ou amarelo. O genótipo sempre propõe diferentes possibilidades de fenótipos. O que herdamos são genes e não caracteres.

Nesse sentido, surge a problemática: o que de fato é ser considerado negro? OLIVEIRA (2004, p. 59) explica que:

Se para as ciências biológicas raça não existe e é consensual nas ciências sociais que o conceito de raça está superado, por que a insistência, em particular do movimento negro, em usá-lo como um paradigma da luta contra a opressão de base racial/étnica, ou

seja, do racismo? Por questões políticas, já que o racismo existe e é uma prática política que tem por base não apenas a existência das raças, mas que as “não-brancas” são inferiores.

Conforme a entrevista do antropólogo Kabengele Munanga, professor-titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, fala a respeito do que é ser negro no Brasil. Argumenta que não é uma tarefa fácil definir o que é ser negro no Brasil e à define como problemática (Munanga, 2004, p. 51).

Em relação a entrevista, Munanga (2004,p.52) se posiciona da seguinte forma:

Os estudos da genética, por meio da biologia molecular, mostrando que muitos brasileiros apa-

rentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos, cada um pode se dizer um afro-descendente. Trata-se de uma decisão política.

A partir do exposto, percebe-se que não é fácil definir o que é ser negro, seja qual for a delimitação geográfica. Devido a hereditariedade genética, a problemática se torna uma questão política. Porém, é importante percebermos que o racismo não escolhe hereditariedade. O racismo está no preconceito da humanidade, na pejorativização da cor da pele e fenótipos, na depreciação da raça.

ANÁLISE HISTÓRICA DO NEGRO NO BRASIL E SUA COLONIZAÇÃO.

A história dos Africanos

e descendentes em nosso Brasil é bastante desconhecida, sabemos muito pouco da nossa verdadeira origem. Nossa cultura está diretamente ligada a origem do negro no país, como festejamos, falamos, comemos e fazemos é fruto da cultura trazida pelos africanos em nosso território nacional. Milhões de africanos desembarcaram em território brasileiro no começo do século XVI, trazidos à base de muita violência. Miscigenaram com brancos e índios, que aqui já habitavam.

Em torno de 400 anos o Brasil foi predominantemente negro, até meados do século XIX, onde o governo afim de colonizar algumas áreas vazias e com o projeto de “embranquecimento” da população incentivando a vinda de europeus, e coberto de teorias racistas afim de ratificar o projeto. A população branca era tão significativa que no século

XX já tínhamos como o maior número da população branca comparada à população negra. Hoje a população negra somada aos pardos é superior a população branca, sendo novamente um país negro.

Ainda assim, pouco conhecemos da cultura dos africanos e seus descendentes, temos uma imagem de escravos sem conhecimentos, oriundos de povos atrasados ou sem cultura. Pouco sabemos dos seus conhecimentos que trouxeram sobre metalurgia e agricultura, seus hábitos alimentares, suas danças, suas crenças religiosas. Muito do que somos, a origem, vem dos africanos e pouco sabemos. Sempre os associamos apenas a escravidão.

A CONDIÇÃO DO NEGRO LIVRENO CONTEXTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Com esta condição o negro estava livre de quê? Após a promulgação da lei Imperial nº 3.353 instituída em 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel, a famosa “Lei Aurea” que dava o direito de liberdade aos negros no Brasil, este povo estava livre das condições de escravidão, mas sem as mesmas oportunidades de todos os outros. Sendo um marco a exclusão ao povo negro, a Lei Aurea deu margem a uma larga desvantagem aos excluídos aquela época. Antes dela houvera outras manifestações a liberdade desse povo como, a “Lei do Ventre Livre”, que dava o direito de liberdade aos filhos de escravo a partir daquela data e ainda, a “Lei do Sexagenário”, escravos que atingiam 60 anos, também teriam sua “liberdade compulsória”, onde nenhuma delas garantem sobrevivência. Sem condições de trabalho ou mesmo

um apoio para continuarem suas vidas, garantindo uma subsistência, a margem da sociedade naquela época. Segundo FAGUNDES (2006):

Podemos dizer que declarar abolida a escravidão é dar apenas meia liberdade aos escravos. A abolição deu aos escravos uma liberdade mais teórica do que real. Retirando-os das senzalas, em troca da ilusória carta de alforria, jogando-os no mundo dos brancos sem indenizações e sem qualquer tipo de política afirmativa. Os negros nada mais possuíam, a não ser o direito de perambular pelas fazendas e cidades à procura de emprego. O que fazer então, sem teto, sem proteção, sem dinheiro, sem emprego, sem profissão, sem nada?

Jogados à própria sorte, a população negra se via sem perspectiva de uma vida digna, em condições sub-humanas e pela falta de oportunidade ou mesmo serem trocados por mão de obra mais qualificada, visto o avanço das imigrações no país. Levando em consideração o contexto histórico, podemos entender o fato que a população negra no país vive à margem da sociedade e do porquê essas situações se reverberam nos dias atuais, causando maiores índices de vulnerabilidade.

De acordo com IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) o fator cor da pele, ocupa espaço determinante dessa discriminação com maiores índices de vulnerabilidade econômica e social em relação aos que se autodeclaram brancos. As desigualdades raciais refletem em menos oportunidades e em

menor renda disponível. A renda per capita em 2018 entre negros era de 934 R\$, metade do que em relação aos brancos 1.846 R\$. A taxa de desemprego entre negros também é maior em relação aos brancos, que para os que têm ensino superior, gira em torno de 5,5%. Para os negros essa taxa sobe para 7,1%. Entre os que possuem ensino médio ou superior incompleto, os dados mostram que a taxa de desemprego vai de 11,3% contra 15,4% para negros.

Segundo a pesquisadora Tatiana Dias Silva, autora de estudo sobre ação afirmativa e população negra na educação superior, publicado em agosto pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 36% dos jovens brancos nesta faixa etária estão estudando ou terminaram sua graduação. Entre pretos e pardos, esse percentual cai pela metade: 18%. No que tange

a entrada de negros nas universidades esse percentual continua baixo, onde não diminui a desigualdade dentre essa classe. As cotas raciais vêm para atender esse público, onde encontram-se mais uma vez a falta de igualdade racial e representatividade de pessoas negras nos cursos superiores de instituições públicas.

Ainda, segundo o IBGE, a cada 3 assassinatos no Brasil, 2 são de jovens negros, com idades entre 15 e 24 anos, considerando ainda que a discriminação e o preconceito racial são fortes nesta realidade. A população negra corresponde à maioria 78,9% da parcela dos 10% de indivíduos com maiores chances de serem vítimas de assassinatos. É imensa a diferença nas estatísticas, onde nos leva a pensar como atenderemos a situação de equidade entre todos nesse país.

No que se refere ao ra-

cismo, é perceptível que ao longo da história brasileira, a discriminação e o preconceito estiveram presentes como forma de manutenção das relações de poder, isto significa que para compreender a desigualdade racial existente em nossa sociedade é preciso uma análise histórica de como se deu o processo de escravidão no Brasil colônia. Sendo assim, através dos dados estatísticos aqui apresentados, é fácil compreender que em todos os aspectos da vida social, a população negra se apresenta como a parcela social mais discriminada, sobretudo sobre o genocídio dos negros, que é algo que não acontece por acaso, mas é uma consequência do racismo que está na base da sociedade. Nesse contexto, é importante afirmar que a criação das políticas afirmativas se configuram como um marco para a população negra para de fato promover

a equidade racial na qual os sujeitos se nomeiam, com clareza da sua raça/etnia, valorizando suas origens e perpetuando sua cultura, sendo vistos positivamente diante a sociedade.

ASCENSÃO SOCIAL DOS NEGROS EM DIFERENTES MOMENTOS DA HISTÓRIA

No tocante a nossa história, o termo ascensão diz respeito às personalidades que contribuíram para as lutas sociais negras no Brasil. Assim, os negros, de forma imprescindível, colaboraram para a formação do povo brasileiro e conseguiram se destacar reivindicando igualdade e respeito. Nesse sentido, os negros engajaram-se em prol de um conjunto de movimentos sociais que combate o racismo, o preconceito, a exclusão social e a luta pela igualdade social e direi-

tos entre negros e brancos.

O tema em estudo é de grande valia para os dias atuais, sendo assim torna-se necessário salientar que o movimento negro começou a surgir no Brasil durante o período da escravidão de forma precária e clandestina com a finalidade de defender a raça negra das violências e injustiças praticadas pelos senhores (proprietários). Os negros que se encontravam privados de sua liberdade, se uniram para buscar formas de resistência ao sistema escravagista.

Nesse sentido, vale destacar que o Brasil foi o último país das américas a abolir a escravidão em 1888 e, a partir deste momento, surge o primeiro marco histórico do negro na sociedade Brasileira.

Com a ótica de ampliar o conhecimento, a história é repleta de negros que se destacaram

no cenário brasileiro exercendo diversas profissões, implicando representações associadas aos aspectos positivos e gerando de certa forma uma dissonância cognitiva ao imaginário social.

Mediante esse estudo, é relevante citar representantes negros que se destacaram na luta contra o racismo e a escravidão no Brasil. Em torno disso, devemos aprender a olhar para a história do Brasil e reconhecer que essas personalidades se sobressaíram mesmo diante do preconceito racial e deixaram suas marcas na história, com legados que permanecem e merecem ser lembrados para sempre. Entre eles estão: Luiz da Gama, Antônio Gomes (Líderes do quilombo), e Dandara dos Palmares. E, ressaltando o principal líder da resistência negra, Zumbi dos Palmares, que foi assassinado de forma brutal no dia 20 de novembro. Neste dia,

comemora-se o dia da consciência negra, em alusão a sua morte. É sabido que este líder quilombola lutou no ano de 1695 pela libertação do povo negro contra o sistema escravagista.

Nessa perspectiva, na música, teatro e cinema: Pixinguinha, Cartola, Gilberto Gil, Otelo e Ruth Souza. Na política, educação e literatura: Abdias Do Nascimento, Milton Santos e Machado De Assis. No movimento negro contemporâneo: João Cândido, José Patrocínio e André Rebouças.

Nessa lógica, é importante enfatizar que as conquistas do movimento negro no Brasil foram: a Lei de Afonso Arinos, em 1951, que proibiu qualquer tipo de discriminação no País, mas não era aplicada nem mesmo em casos claros de discriminação, enquanto que a constituição de 1988 considerou a prática de

racismo como crime inafiançável e imprescritível; a Lei de Caó, de 1989 triplicou o crime do racismo no Brasil, estabelecendo penas até cinco anos de reclusão; a Lei do Código Penal contra o crime de injúria racial, com pena de reclusão de um a três anos de multa; aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010; Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades (2012); Lei de Cotas Raciais no serviço público em 2014; criação do dia da consciência negra (20 de novembro); Lei 10.639/2013, que inclui a comemoração do dia da consciência negra no calendário escolar trazendo a discussão da história e da cultura afro-brasileiras, além da valorização dos afro-brasileiros nos currículos escolares da rede pública de ensino.

AS VIDAS NEGRAS IMPORTANTAM! PARA QUEM?

Como relata Rodrigues (2021, p.35), o movimento “vidas negras importam”, do inglês “Black lives matter”, surgiu como forma de protesto a partir do assassinato do jovem negro norte americano Thayvon Malton, no ano de 2012, na cidade de Sanford nos Estados Unidos. Todavia, esse movimento ressurgiu no ano de 2020, quando implodiu os protestos pelo assassinato do cidadão norte americano George Floyd. Este movimento dá voz e ressalta a importância das vidas negras, as repercussões e as organizações de manifestações e protestos alcançaram o mundo inteiro, saindo dos Estados Unidos para países como o Brasil. No Brasil, esse movimento ganhou força e tem gerado protestos contra as mortes violentas praticadas por ações policiais.

No que diz respeito a

isso, Rodrigues (2021, p) complementa:

“[...] quando erguemos nossa voz para dizer “Vidas Negras importam” estamos nos colocando na posição de sujeitos que rejeitam a imposição da morte. Que se insurgem contra a subalternização da nossa existência. Que se revoltam contra a degradação da nossa dignidade humana. Erguemos nossa voz porque queremos respirar. Não continuarão a nos silenciar e/ou nos impedir de respirar”.

O tema em debate não pode ser tratado como uma pauta exclusiva dos movimentos sociais negros, é uma pauta de responsabilidade do conjunto da sociedade brasileira. É preciso pensar o quanto é necessário repetir e afirmar que as vidas ne-

gras importam. Elas importam, porque cada vida tem uma história, um nome, uma família, mas inacreditavelmente, por se tratar da vida dos negros não fica tão entendível para algumas pessoas, nem para as estruturas racistas da nossa sociedade. Assim, no contexto atual, é perceptível que as mortes de pessoas negras são banalizadas pela sociedade.

Rodrigues (2021, pág.36) exemplifica a realidade brasileira:

“Do lado de cá, na terra brasilis, corpos negros também tombam por balas “perdidas” de fuzil a caminho da escola, do trabalho ou simplesmente na porta de casa. Seus nomes se perdem nas estatísticas que informam que a cada 23 minutos um jovem negro morre no Brasil”.

Em torno disso, é importante ressignificar esse olhar da sociedade sobre a importância da vida, principalmente das vidas negras ceifadas pela inexistência da democracia racial. É interessante falar que se reconhecer como negro no Brasil é ter consciência e convicção de seu profundo enfrentamento as desigualdades raciais e à violência.

Nessa perspectiva, o Brasil é um país arraigado de preconceito, e as pessoas negras são alvos de ações violentas, entre elas balas perdidas, que de perda só têm o nome. Além disso, os negros são as principais vítimas de homicídios e de violência policial. Vale ressaltar, que diante dessa realidade, não podemos naturalizar essas mortes, e nem as práticas de racismo, uma vez que o Brasil é um país em que o racismo está enraizado nas estruturas do estado.

Nesse sentido, assumir a identidade racial negra em um país com costume racista, é um processo complexo, porém necessário. Visto ser urgente lutar para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária,

Nesse pensar Oliveira (2004, p.57) aponta que:

Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos “bons”, “positivos” e de “sucesso” de identidades negras não são muitos e poucos divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades raciais/étnicas inexistente. Desconheço estudos brasileiros consistentes sobre identidade racial/ étnica.

Sendo assim, a autora nos faz perceber que o processo de construção da identidade pessoal, social e étnico-racial é algo difícil, e que as pessoas negras que alcançaram ascensão social em diferentes momentos da história do Brasil, são poucas e sua história quase sempre não é divulgada, em relação às pessoas de pele branca.

De fato, são amplos os desafios para a transformação dessa realidade. É preciso uma mudança de pensamento, pois não podemos naturalizar situações que promovam a discriminação e estimule o racismo. É notório que as questões raciais são estruturantes porque fazem parte da construção da nossa sociedade. Logo, a persistência do racismo contra os negros deveria ser abordada nos discursos, reflexões e ações, a fim de condenar a discriminação racial e extirpá-lo

das relações cotidianas.

Portanto, o papel do estado brasileiro é construir pontes que fomentem reflexões sobre o enfrentamento do racismo estrutural na sociedade, e este deve implementar ações e práticas com potencial transformador da realidade social no que tange à promoção da igualdade. Isto significa que o estado brasileiro deveria oportunizar políticas públicas eficazes que promovam uma mudança de paradigmas nas relações raciais e sociais brasileiras.

CONCLUSÕES

A persistência do racismo estrutural no Brasil contribui para a desigualdade social e afeta principalmente os negros, causando grande consequências em suas vidas como: o aumento da pobreza, violência e criminalidade, escassez de moradia, falta

de acesso a saúde e educação de qualidade, carência de um trabalho digno com rendimento justo e perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social.

Sendo assim, o racismo é um problema de todos, e combatê-lo, deve ser um trabalho constante. Por certo, se comprometer com a luta antirracista não deve se restringir apenas a uma categoria profissional, ou determinado coletivo, esta deveria ser de fato uma luta de todos.

Nesse sentido, a intolerância e a violência contra a população negra pobre no Brasil é parte de um processo de institucionalização e de uma herança do período escravista que continua fazendo parte do cotidiano da sociedade brasileira até os dias atuais.

Portanto, por mais que muitos ainda insistam em negar o racismo, ele existe e deve ser en-

frentado e eliminado, bem como é de fundamental importância construir estratégias, ações e conhecimentos acerca do impacto do racismo na construção da identidade das pessoas negras no Brasil.

A partir das reflexões e considerações, é perceptível que apesar das tentativas de amenizar o problema por parte do Estado, este não tem alcançado outro objetivo a não ser aumentar a estatística dessa violência.

Enfim, a população negra brasileira é a que mais sofre com o racismo estrutural social, e a violência sofrida por essas pessoas é fruto da desigualdade de oportunidades e da falta de políticas públicas que promovam uma mudança de paradigmas nas relações raciais e sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS

51-66.

AZEVEDO, Gislane. SERIACOPI, Reinaldo. A história do negro no Brasil revelada. Disponível em: <<http://www.historiaeimagem.com.br/sala-do-professor/historia-e-cultura-afrobrasileira/a-historia-do-negro-no-brasil-revelada/>> Acesso em: 26 março 2022.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>> Acesso em: 26 março 2022.

FAGUNDES, Heber. Negro no Brasil. Revista PUC Viva, n. 28, p. 12-20, 2006. MUNANGA, Kabengele. “A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil.” Estudos avançados 18.50 (2004):

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. Scielo. 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a06v1850.pdf>>. Acesso em: 20 março. 2022.

RODRIGUES, Vera | Vidas Negras Importam: o que dizemos nós mulheres negras ativistas, intelectuais e artistas | TESSITURAS V9 N1 JAN-JUN 2021 Pelotas | RS.

RODRIGUES, Sérgio. A palavra ‘negro’ pode ter nascido no escuro da noite. VEJA, 22 maio 2014. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/a-palavra-8216-negro-8217-poder-nascido-no-escuro-da-noite/>>. Acesso em: 20 março 2022.

SILVA, Tatiana Dias. Ação afir-

mativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf>
Acesso em: 26 março 2022